

HABEAS CORPUS Nº 493.712 - RS (2019/0045066-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : BERNARDO CARVALHO SIMÕES - RS041652
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MATIAS MACIEL RIBEIRO AMARAL (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. RECEPÇÃO, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E RESISTÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO DE REVOGAÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO SUPERVENIENTE. EXECUÇÃO DEFINITIVA DE PENA. PERDA DE OBJETO. *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MATIAS MACIEL RIBEIRO AMARAL contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proferido na Apelação Criminal n.º 0157898-42.2018.8.21.7000.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado às penas de 3 (três) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 12 (doze) dias-multa, como incurso no art. 180, *caput*, do Código Penal, e no art. 14 da Lei n.º 10.826/2003, na forma do art. 69 do Código Penal; bem como às penas de 2 (dois) meses de detenção, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito tipificado no art. 329, *caput*, do Código Penal (fl. 49). Foi negada a possibilidade do apelo em liberdade (fl. 51).

Inconformado, o Condenado interpôs recurso de apelação. O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo para

"reduzir a pena do acusado pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo para 2 anos de reclusão, pelo crime de receptação para 1 ano de reclusão, pelo crime de resistência para 2 meses de detenção, alterar o regime inicial de cumprimento de pena para o aberto, substituir a pena privativa de liberdade do acusado de 3 anos de reclusão pela prática dos delitos de receptação e porte ilegal de arma de fogo por duas penas restritivas de direitos - prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, no valor de 01 salário mínimo, e

reduzir a pena de multa pela prática de tais delitos para 10 dias-multa à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato para cada delito, e nego provimento ao recurso da defesa de E.N.Z" (fl. 76, sem grifos no original).

Neste writ, a Impetrante alega, em suma, que há constrangimento ilegal pois o Colegiado de origem manteve o Paciente segregado preventivamente.

Afirma que "*a manutenção do paciente em regime fechado, por força de prisão preventiva decretada em processo no qual restou condenado a cumprir pena em regime aberto, tendo sido, ainda, substituída a pena carcerária por pena restritiva de direitos, configura grave constrangimento ilegal a sua liberdade*" (fl. 11).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi deferido (fls. 88-91).

Foram prestadas informações às fls. 98-172, 177-178 e 191-196.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 182-187, opinando pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório.

Decido.

Conforme informações constantes à fl. 195, constata-se que o édito condenatório transitou em julgado para a Acusação em 19/03/2017 e, para a Defesa, em 07/03/2019, razão pela qual a segregação cautelar converteu-se em **execução definitiva**.

Portanto, houve a superveniente perda de objeto desta impetração.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora